

7 JUL 1987

# Proposta de estabilidade gera polêmica

*A inclusão da estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho no anteprojeto constitucional estão dividindo até sindicalistas*

Da Reportagem Local

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, o Joquinzão, foi praticamente o único a defender sem restrições a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais nos debates ocorridos, ontem de manhã, no "Fórum Nacional sobre a Nova Ordem Econômica". Os demais participantes do encontro, promovido, no Mofarrej-Sheraton Hotel, pela Associação dos Jornalistas de Economia do Estado de São Paulo (Ajoesp), manifestaram-se contrários às duas propostas incluídas no texto do anteprojeto constitucional elaborado pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte.

O senador Severo Gomes (PMDB-SP) concorda com o princípio da estabilidade, mas não da forma preconizada no anteprojeto constitucional. Disse que o atual sistema de relações trabalhistas regido pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) "dá espaço para uma rotatividade indesejável de

mão-de-obra". O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, também desaconselhou a regulamentação constitucional desses temas.

## Direito ao emprego

"A estabilidade promoverá no Brasil a redução da criação de empregadores privados", disse o ex-ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, cuja posição foi endossada pelo ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho, e pelo tributarista Ives Gandra Martins.

Joaquim Andrade disse que a estabilidade protege um direito fundamental para a sobrevivência do trabalhador, o direito ao emprego, que a seu ver é desrespeitado pelas empresas principalmente nos momentos de crise, pois elas preferem o caminho mais fácil das demissões em massa. Ele afirmou também que a estabilidade não inviabilizou o país, ao vigorar entre 1945 e 1967.

O presidente da CGT argumentou, ao defender a jornada de quarenta horas, que na Europa já estão em

vigor jornadas de até 36 horas, discutindo-se agora um limite de 35 horas semanais e nem por isso a economia é deficiente, risco que os debatidores contrários à medida previram no caso de sua adoção pelo Brasil.

## Sauer contra

No Maksoud Plaza, durante palestra promovida pela Management Center do Brasil, Wolfgang Sauer, presidente da Autolatina (empresa que coordena as atividades da Volkswagen e da Ford no Brasil e na Argentina) também se manifestou sobre estabilidade e jornada de trabalho: disse que a redução da jornada para quarenta horas e a garantia de estabilidade de emprego são medidas populistas. Para ele, a redução da jornada já está prevista e assegurada para muitas categorias profissionais e a redução imediata para quarenta horas provocaria uma série de problemas técnicos e operacionais.

Ele disse ainda que a estabilidade no emprego só poderia ser imposta às empresas se estas, por lei, "estivessem garantidas contra a queda de suas vendas".

## Medida é retorno a passado, diz empresário

Da Reportagem Local

O Congresso constituinte está discutindo a proposta de estabilidade no emprego após noventa dias, o que tem gerado muita polêmica nos meios empresariais e sindicais. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, 39, disse à revista "Veja" que a proposta é "paternalista, que já se sabe que não vai dar certo". Sua opinião, contrária à do seu antecessor no sindicato e presidente da CGT, Joquinzão, é de que os parlamentares deveriam ter proibidos de legislar sobre isso, ou ao menos ter um limite. Medeiros disse à "Veja" que a estabilidade "é boa para momentos de crise, quando os patrões demitem os

funcionários a torto e a direito. Mas é ruim nos momentos de crescimento econômico, pois o trabalhador fica impedido de buscar um emprego melhor".

Para o diretor-adjuunto da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Roberto Nicolau Géa, 49, a estabilidade é radicalmente oposta à modernização, um retorno ao passado e "da forma como foi apresentada à constituinte, ela é um prêmio à mediocridade". Da mesma forma, Pedro Eberhardt, 50, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), aplaude a declaração de Medeiros, ao afirmar que esta "foi uma colocação inteligente,

pois se a estabilidade vier, haverá mais desemprego ainda". Já o presidente da União Sindical Independente (USI), Antonio Pereira Magaldi, 59, disse concordar com Medeiros, acrescentando que o assunto não deve ser tratado no Congresso constituinte e que isso é "demagogia".

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, Milton Otaviano dos Santos, 50, disse ser contra a proposta de estabilidade após noventa dias, pois isso provocaria demissões em massa antes que o trabalhador completasse esse prazo. Santos é favorável a propostas de estabilidade no emprego, desde o ingresso do funcionário e penalidades para a empresa que demitir antes de completado noventa dias.